

É lógico, para que a balança venha se inclinar para um lado, que os argumentos oferecidos sejam fortes e capazes de convencer a maioria, aquilatrada no sentido insuportável e não o grupo representativo governamental.

Nesses embates, na discussão do problema político, se fortalece a democracia e se fortalecem também, as instituições. Nos regimes totalitários tal discussão não teria sentido, nem teria ocorrido. As soluções seriam tomadas em conciliabulos secretos e executadas com violência e terror, através dos responsáveis pela manutenção da ordem, da ordem total implantada, daquele ordem em que não se admite discrepâncias ou oposições.

Esta é a diferença do Brasil de hoje, que vive numa democracia e sob o império da lei, onde todos são iguais perante a Lei, no qual nenhum dos seus cidadãos pode se eximir do seu julgamento".

Sr. Presidente, que os meus votos se capacitam de que existe neste País realmente a boa imprensa, que julga sem paixão e que dá esta o preço que a Casa merece. E que esse fato político que está chamando a atenção de toda nacionalidade possa ser examinado com isenção, como vem analisando no editorial do "Correio Braziliense", por nossos companheiros de partido e nossos companheiros da Oposição. (Muito bem).

O SR. FLORES SOARES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, já chamel a atenção, desta tribuna, a que fui conduzido pelo bravo povo rio-grandense, para um fato que reputo o mais importante, o mais grave e o mais urgente para o povo brasileiro e para a vida do povo brasileiro: a alta do custo de vida.

Há pouco, o Governo tomou a iniciativa humana e justa de remeter ao Congresso Nacional — e este aprovou — um parcelonioso, muito parcelonioso, aumento de vencimentos a civis e militares na base de 20%. Criou-se o clima aumentista. E os gananciosos, os especuladores, os aproveitadores estão de mangas arregadas.

Chamel a atenção, ainda outro dia, para o escandaloso aumento de 100% dos produtos farmacêuticos. Ora, como ninguém pode prescindir dos remédios, cria essa elevação um terrível drama para o assalariado, o povo em geral. Esse abuso precisa ser coibido. Devem as altas autoridades do País voltar-se para o problema.

Cito hoje outro exemplo — e V. Exa., Sr. Presidente é autoridade na matéria, pode falar de cátedra: da alta das passagens das companhias de aviação. Outro dia, um homem digno e conhecedor do assunto, o Sr. Senador Afílio Fontana, levantou a sua palavra, na Câmara, Alfa, contra a elevação do preço das passagens aéreas. Foi de 22%. E neste ano, se não me claudica a memória, já sofremos uma alta de mais de 40%.

Onde vamos parar, Sr. Presidente, com essa continua subida de preços, principalmente dos produtos farmacêuticos? O fato tornar-se ainda mais escandaloso quando, numa drogaria ou numa farmácia, o preço é um e nas demais outro.

Recordo-me de que no Chile se fez uma campanha contra isso. Inquéritos foram abertos. E o Presidente daquele país tomou severas providências para coibir o abuso, para pôr cõbo no escândalo.

Agora, Sr. Presidente, vejo que o preço de todos os produtos de primeira necessidade já se está elevan-

do. Nestes últimos dias, quando fui comprar uma passagem de avião, tive de pagar mais 22%.

Pego da tribuna, com o maior empenho, que patriciamente o Governo Federal ponha termo a esses abusos, a essas especulações, a essa ganância, a esses escândalos. (Muito bem).

O SR. ULTIMO DE CARVALHO:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais completa este mês vinte anos de existência, ou seja, quatro lustros dos melhores serviços prestados à Economia do meu Estado.

A esse acontecimento é motivo de grandes alegrias para os ruralistas mineiros, porquanto a ACAR realiza, não apenas em Minas Gerais, mas em quase todo o Brasil, a verdadeira Reforma Agrária democrática que todos almejamos.

Reforma Agrária em termos de assistência direta e diária a pequenos lavradores, instruindo-os, educando-os e financiando-os para que, tornando-se a pequena propriedade economicamente rentável, eles sintam no meio em que vivem um maior amor à gleba.

Nesta oportunidade de festas para a agricultura mineira, desejamos congratularmo-nos com os abnegados dirigentes da ACAR pelo acontecimento, e dizer-lhes que confiamos no Crédito e assistência como a melhor bandeira para levar a felicidade a milhões de patrícios nossos que amanham a terra.

O SR. MARCOS KERTZMANN:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tem razão alguma de ser a celeuma que círculos do governo vêm promovendo em torno das deliberações que a Câmara, livremente, de acordo com dispositivos constitucionais consolidados, está tomando com referência ao caso do Deputado oposicionista cuja cassação é exigida em nome das Forças Armadas. Algumas manifestações de figuras ministeriais chegam aos limites da raiva e do paroxismo, quando analisamos o comportamento dos parlamentares nesta hora crítica.

Uma afirmação corrente é de que o MDB, obstruindo a votação na Comissão de Justiça, a atitude desassombrada assumida pelo Deputado Djalma Marinho, que é um guia e inspirador para os deputados novos, e a independência com que integrantes da ARENA examinam o episódio constituem, todas elas, posições "impatrióticas". O Ministro Gama e Silva vai ao ponto de dizer que "quando há interesses públicos em jogo, não cabem as manobras".

Há uma confusão lamentável nisto tudo. O atual Governo sempre se bate pela manutenção, "in totum", da atual Constituição e das leis que lhe servem de arrimo, inclusive aquelas manifestamente repudiadas pela Nação. Essa Constituição e essas leis dispõem sobre a liberdade de organização dos partidos, fixam os parâmetros da atuação do Legislativo e fazem das Forças Armadas o garante de suas disposições e mandamentos. Pois exatamente quando a prática política adota esses dispositivos, céus e terra são mobilizados para impedir-lhes o desenvolvimento normal. Não fomos nós que criamos o MDB e a ARENA, nem fomos nós que enfiamos o corpo político da Nação nessas duas camisas-de-força, nem fomos nós que proclamamos a inviolabilidade da atual Constituição. Ao contrário: nesta Câmara, com exceção de alguns poucos apatiguados e de alguns burocratas que "lideram" os partidos, o repúdio ao bipartidarismo e a alguns aspectos da Constituição tem sido a tônica geral dos pronunciamentos.

Ora, desde que se mantém a atual estrutura, temos que nos comportar dentro dela. A menos que desejemos nós, ou desejem outros, promover uma

nova resolução. Estamos exercendo a Constituição. Por isso não cabe falar em impatriotismo por parte daqueles que apenas estão respeitando a Lei e procurando comportar-se dentro dos limites por ela estabelecidos. Impatriotismo e subversão seria exatamente pretender o contrário.

Algumas figuras da República manifestam também seu espanto diante da ousadia de Deputados da ARENA que já deixaram explícita sua discordância com a licença para processar o Deputado pela Guanabara. Habitua-se a raciocinar no vácuo, os metafísicos da política se revoltam quando a equação matemática imaginada para resolver o problema político do País apresenta um resultado contrário às previsões. A seu vez, sendo a ARENA o partido do Governo, é dever de todo arenista seguir à risca as diretrizes do Governo ou do seu preposto. Não percebem que Antes de Sermos Arenistas, Somos Cidadãos? E Antes de Sermos Governistas, Somos Representantes do Povo. Teria sido bem mais fácil se na Constituição se houvesse inscrito um Regimento Disciplinar da ARENA, e uma corte marcial para os desobedientes. Não se fez porque não se quis. E desde que não se quis, não há motivo para reclamações.

Nós não somos funcionários públicos submetidos a um chefe. O último "chefe" que a História conhece acabou seus dias inglórios no Bunker de Berlim. O outro findou em Saló e acabou dependurado pelas pernas numa "piazza" de Milão. Se quiserem que a Câmara se comporte direito, basta que nos transformem a todos em soldados, cabos e sargentos, presidenciados por um major. Mas nós somos fardados. Nós somos civis. A sociedade civil tem leis diferentes das da sociedade militar — eis o que não se quer compreender. Nesta Casa há muitíssimos poucos — meia dúzia de pacifistas — Contra as Forças Armadas, pois reconhecemos a sua necessidade e valorizamos suas tradições. O que estamos tentando é chamar a atenção dos nossos militares para a soma de erros que lhes vão sendo debitados por um governo que já anuncia sua intenção de colocar um civil na Presidência em 1970. Isso é ser muito mais Contra as Forças Armadas do que o discurso voluntarista do Deputado guanabarrino.

"Infelizmente" esta não é uma Câmara Consultiva. Ela é um Parlamento. Pessoalmente podemos ter nossas isenções e nossas restrições. Mas, quando entramos em plenário, somos Deputados e estamos comprometidos com a defesa do Poder Legislativo, enquanto ele existir como tal. A revolta das Forças Armadas atinge o alvo errado. Quem as Forças Armadas devem cassar são aqueles que tramam a destruição do Exército, deixam a Marinha dar triste espetáculos com seus navios obsoletos e desassistem a Aeronáutica nos seus insanos esforços para nos dar a liberdade nos ares. Quem deve ser cassado não é o deputado que reflete na sua mente jovem o desespero da hora presente — desespero diferente em tipo, mas não em espécie, do desespero dos jovens capitães quem deve ser extirpado são os que acreditam que ter um cargo no Governo é um passaporte para a corrupção, para o aproveitamento, para o enriquecimento ilícito. Cassar a estes não constitui nada de novo. É apenas a sanção do que a mente do povo já intuiu e proclama a cada dia.

Se a Câmara é incômoda, basta fechá-la. É muito fácil. Mas, enquanto ela estiver funcionando a sombra da lei, os que a destruíram e com ela se irritam não ficam em nível mais alto que os marginais que atacam contra o recesso dos lares e violentam as famílias. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE: COMPARECEM MAIS OS BRS.:

Aroldo Carvalho

Acre

Maria Lúcia Araújo — MDB
Nasser Almeida — ARENA
Ruy Lino — MDB
Wanderley Dantas — ARENA

Amazonas.

Abraão Sabbá — ARENA
Bernardo Cabral — MDB
José Lindoso — ARENA
Raimundo Parente — ARENA
Wilson Calmon — ARENA (28 de fevereiro de 1969).

Pará

Gabriel Hermes — ARENA
Hélio Cueiros — MDB
Juvêncio Dias — ARENA

Maranhão

Alexandre Costa — ARENA
Américo de Souza — ARENA
Cid Carvalho — MDB
Freitas Diniz — MDB
José Burnett — MDB
Luiz Coelho — ARENA (21-1-69),
Pires Saboia — ARENA
Raimundo Bogéa — ARENA
Temístocles Teixeira — ARENA

Piauí

Fausto Castelo Branco — ARENA
Heitor Cavalcanti — ARENA
Joaquim Parente — ARENA
Milton Brandão — ARENA

Ceará

Álvaro Lins — MDB
Delmirio Oliveira — ARENA
Figueiredo Corrêa — MDB
Flávio Marçallo — ARENA
Humberto Bezerra — ARENA
Jostias Gomes — ARENA
Leão Sampaio — ARENA
Ossian Araripe — ARENA
Padre Vieira — MDB
Paes de Andrade — MDB
Vicente Augusto — ARENA
Wilson Roriz — ARENA

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — ARENA (23-1-69)
Alvaro Motta — ARENA (23-1-69)
Djalma Marinho — ARENA
Egivan França — ARENA (22-1-69)
Grimaldi Ribeiro — ARENA
Theodorico Bezerra — ARENA
Vingt Rosado — ARENA

Paraíba

Humberto Lucena — MDB
Janduy Carneiro — MDB
João Fernandes — MDB (29 de dezembro de 1968)
Monsenhor Vieira — ARENA
Osmar de Aquino — MDB (23-2-69)
Pedro Gondim — ARENA
Plínio Lemos — ARENA (1-1-69)
Wilson Braga — ARENA

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA
Alde Sampaio — ARENA (29 de dezembro de 1968)
Andrade Lima Filho — MDB (5-3-69)
Antônio Neves — MDB
Arruda Câmara — ARENA
Bezerra Leite — ARENA (28-12-68)
Cid Sampaio — ARENA
José-Carlos Guerra — ARENA
Josias Leite — ARENA
Maurício Ferreira Lima — MDB (11 de janeiro de 1969)
Milveres Lima — ARENA
Moury Fernandes — ARENA
Paulo Maciel — ARENA
Scoto Maior — ARENA
Tabosa de Almeida — ARENA
Thales Ramalho — MDB